

ARTIGOS

# O APROFUNDAMENTO ÉTICO E AS CHANCES DO RIO GRANDE

CLÁUDIO LUÍS MARTINEWSKI

Desembargador do TJ/RS e diretor da Escola da Ajuris



O conselho Roberto Rachevsky, do IEE, sustentou que a chance do Estado está assentada na privatização de setores cruciais para a sociedade, como educação, saúde, saneamento, água, entre outros, o que se justificaria pela inaptidão dos governos em gerir os recursos arrecadados.

Idealiza que a polícia e a Justiça se autofinanciem através das custas judiciais ou taxas por serviços prestados.

A tese é conhecida e os argumentos têm aparência de verdade, porque governos são inaptos, pagamos tributos em demasia e desenvolvimento econômico gera riqueza.

A conclusão da mercantilização de setores essenciais da vida social como forma de solução é simplista e não conduziria ao propalado resultado, além de implicar agravamento

das desigualdades sociais na qual o bem-estar do cidadão está associado unicamente ao seu poder econômico de compra.

Sobre as custas judiciais, para ficar no exemplo, teria que se abstrair o fato de que 59,8% das demandas cíveis; 97,6% das do juizado especial cível, e 96,7%, das da Infância e Juven-

A ética é uma só e deve começar a ser praticada por todos

tude, iniciadas em 2014, tramitaram com a assistência judiciária gratuita. Significa dizer que 713.689 gaúchos não teriam tido acesso à Justiça, sendo a maioria dessas demandas para reclamar contra o abuso do poder econômico praticado

na área de consumo (telefonias, bancos etc.) e ilegalidades do próprio Estado.

Para o poder econômico, esse seria o melhor dos mundos: retira a possibilidade de acesso público a bens essenciais, estabelece condições sem limitação e inviabiliza o acesso a qualquer tutela de justiça para coibir abusos.

Desenvolvimento econômico não é garantia de riqueza para o conjunto da sociedade. Em 2016, os recursos acumulados pelo 1% mais rico do planeta ultrapassarão a riqueza do resto da população, aponta estudo da organização britânica Oxfam.

A crise, nesse contexto, é antes de tudo ética. A transparência reclamada do público não é praticada pelo privado. A Lava-Jato está aí para comprovar. A ética é uma só e deve começar a ser praticada por todos. Esse é um (re)início de chance para o Rio Grande.

# O ASSALTO DA UNIÃO

MIGUEL TEDESCO WEDY

Advogado



O governo da presidente Dilma decidiu bloquear as contas do Estado do Rio Grande do Sul, que protelou o pagamento de sua dívida, em razão de um evidente e autêntico estado de necessidade a que está submetido. Por certo que o governo do Estado deverá cortar custos, reduzir o seu tamanho e reformar a previdência. Contudo, nesse instante, a medida federal, odiosa em todos os aspectos, asfixiará ainda mais o Estado e criará o caos nas áreas fundamentais da segurança pública, da saúde e da educação.

É importante, porém, que o Rio Grande tenha a consciência da verdadeira sangria a que é submetido, todos os anos, para sustentar esse autêntico paquiderme que é o governo da União.

Apenas para referir dados que remontam ao ano de 2012,

em trabalho do jornalista Luis Nassif, os gaúchos pagaram cerca de R\$ 32 bilhões em tributos federais. Voltaram para o Estado cerca de R\$ 10 bilhões. Vinte e dois bilhões de reais gerados aqui foram para Brasília e evaporaram nas mãos de outros Estados,

O Estado perdeu o equivalente a metade do seu orçamento nessa "repartição" federal

sustentados pela União. Se menos da metade dos recursos ficasse aqui, não haveria déficit. Se fosse feita uma divisão per capita, poderíamos dizer que cada gaúcho pagou o equivalente a R\$ 1.984 em tributos e não recebeu nada. Esse dinheiro foi para Brasília

e lá foi redistribuído para que cada cidadão do Distrito Federal recebesse o equivalente a R\$ 20.720, para que cada cidadão do Pará recebesse o equivalente a R\$ 1.020 e cada cidadão de Roraima recebesse cerca de R\$ 3.890. A grande parte ficou por Brasília e foi redistribuída, por exemplo, para as Alagoas, dos senadores Calheiros e Collor, e o Maranhão, dos Sarney. Poderíamos dizer que o Estado perdeu o equivalente a metade do seu orçamento nessa injusta e vergonhosa "repartição" federal.

É preciso que cada cidadão rio-grandense tenha consciência de que a maior parte do seu trabalho e do seu suor, transformada em tributos, está sendo drenada e sugada para o governo da União Federal. E que uma parte bem insignificante do nosso sacrifício retorna em investimentos. Vivemos, na verdade, num arremedo de federação.

# IOTTI

iotti@zerohora.com.br



BE



- Pegueil Pegueil



# RBS BRASÍLIA

Carolina Bahia

carolina.bahia@gruporbs.com.br  
@Carolina\_Bahia

# Pau que bate em Chico...

O ditado mineiro "Pau que bate em Chico bate em Francisco", citado por **Rodrigo Janot** no Senado, tem um sentido especial a esta altura da Lava-Jato. Isso significa que a investigação não pode proteger ninguém, muito menos o presidente do Senado, **Renan Calheiros** (PMDB-AL). Janot negou a existência de um acordo. Seguindo essa lógica, em breve haverá novas

denúncias ao Supremo Tribunal Federal. De Renan à senadora e ex-ministra **Gleisi Hoffmann** (PT-PR), grandes nomes do Congresso estão sendo investigados. A bancada do PT resolveu deixar de lado o pedido imediato de renúncia contra o presidente da Câmara, **Eduardo Cunha** (PMDB-RJ). Durante reunião, um petista cauteloso lembrou: amanhã ou depois, poderá ser um dos nossos.

# COMIGO NÃO

Consciente da baixa popularidade no Congresso, o ministro **Aloizio Mercadante** (Casa Civil) tem afirmado que não quer ficar com a articulação política. O nome mais lembrado para as Relações Institucionais é o de **Aldo Rebelo** (Ciência e Tecnologia). Aldo (PC do B) foi ministro da pasta durante o primeiro governo **Lula**.

# MARCHA LENTA

Além da campanha para que o Ministério do Desenvolvimento Agrário não seja fundido a outra pasta, deputados gaúchos estão na torcida para a mudança do ministro. **Patrus Ananias** (PT-MG), que hoje comanda a pasta, é considerado muito devagar e chegou a ganhar um apelido entre as lideranças da agricultura familiar: Patrás Ananias.

# DESENCANTOU

Apesar do orçamento curto, o ministro **Gilberto Oechi** (Integração Nacional) vai a Dom Pedrito no dia 14 de setembro anunciar liberação de recursos para a barragem de Taquarembó. De acordo com o deputado Jerônimo Goergen (PP), serão R\$ 22 milhões.

# POR BEM OU POR MAL

Por pressão da bancada gaúcha, a Comissão de Finanças da Câmara aprovou o convite a **Joaquim Levy** (Fazenda) para que ele explique o bloqueio das contas do Estado, em razão do não pagamento da dívida com a União. O deputado **Mauro Pereira** (PMDB) adianta que Levy já confirmou presença na reunião da próxima terça-feira.